

## APRESENTAÇÃO



### Caminhos e descaminhos da leitura

*Travelled and less travelled roads in reading*

Parte dos trabalhos aqui coligidos foi originalmente apresentada na forma de conferências ou comunicações, por ocasião do XXVII Seminário Brasileiro de Crítica Literária e XXVI Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul, realizados na PUCRS em dezembro de 2010. A estes foi posteriormente acrescentada uma segunda seleção de textos, obtida a partir de uma chamada de trabalhos dedicados também ao tema proposto para o seminário: Guimarães Rosa e a Crítica literária. Nos dois casos, o objetivo era o mesmo: repensar, hoje, o significado e a relevância das contribuições críticas e teóricas, tanto as do passado como as do presente, para a leitura do autor de *Grande sertão: veredas*. Fecha este volume, a “Seção Livre”, com os textos dedicados à obra de Reynaldo Moura, tema do seminário regional que homenageou os 110 anos do escritor gaúcho.

Falar em contribuições críticas e teóricas para o entendimento de Guimarães Rosa significa, em primeiro lugar, falar da produção de um saber que se manifesta de formas diversas e que é diversamente avaliado: ensaios em periódicos, livros, manuais, apresentações em seminários, edições críticas, textos jornalísticos, informações disponíveis na internet. Mas toda produção de saber, como Foucault nos ajudou a entender, é inseparável de um exercício de poder que determina o que pode e o que não pode ser dito, o que é ou não relevante em um determinado tempo e lugar, o que é verdadeiro e o que é falso, o que constitui ou não um capital cultural. Não é então nem possível nem desejável falar de um saber sem falar das forças hegemônicas e residuais que o acompanham. Em uma coletânea de ensaios críticos e teóricos voltados para a obra de Guimarães Rosa importa, portanto, indagar a respeito de saberes que se manifestam tanto em tendências hegemônicas como em forças (ou fraquezas) residuais.

A força hegemônica nos ensaios que se seguem é particularmente visível em termos do que se poderia chamar de “hermenêutica positiva”: é preciso interpretar e desvendar, com rigor e clareza, o sentido ou os sentidos

que o texto oculta. Como sugeriu recentemente Jonathan Culler, a crítica e a teoria assim entendidas

... chamam a si a tarefa de nos dizer o que as obras significam. Se a obra é expressiva, então a crítica elucida o que ela expressa: o gênio do autor, o espírito da época, a conjuntura histórica, os conflitos da alma, até mesmo o próprio funcionamento da linguagem [...]. A obra é muda, e o crítico deve falar por ela, revelando o seu significado oculto.<sup>1</sup>

Curiosamente, o significado oculto não se revela por completo em nenhuma leitura hermenêutica, já que esta produz, não necessariamente como efeito colateral, um resto inexplicado e inexplicável que faz do exercício interpretativo uma tarefa infinita. É em função desse resto que é preciso, *ad aeternum*, procurar respostas que expliquem quem é Riobaldo (fazendeiro, jagunço, professor, justiceiro, pactário, todas as opções anteriores...), onde fica a terceira margem, qual é a verdadeira hora e vez de Matraga... Esse alcance infinito da interpretação é, ao mesmo tempo, solução e problema para a obra interpretada. Qual a diferença entre a boa e a má interpretação, a aceitável e a inaceitável? Quais os limites da interpretação? Se toda interpretação gera inevitavelmente um círculo hermenêutico, seria possível rompê-lo? A função policial das comunidades interpretativas deve ser respeitada? Dependendo das respostas a tais perguntas, certas interpretações poderão ou não ser entendidas como esdrúxulas ou idiossincráticas.

Se, de um lado, os ensaios aqui coligidos dão testemunho da força hegemônica da hermenêutica positiva, deixam entrever, de outro, a presença de certa força residual que se instala como tensão não resolvida em relação à ideologia da interpretação que afirma coerentemente um sentido. Em ensaio publicado em 1973, Paul de Man caracterizou essa forma residual de

<sup>1</sup> CULLER, Jonathan. Introduction: critical paradigms. *PMLA*, New York, v. 125, n. 4, p. 920-923, 2010. p. 906;

leitura em termos de um procedimento crítico que tenta levar a sério a dimensão retórica dos textos literários (e, por extensão, de qualquer texto) em seu relacionamento com a dimensão da gramática e da lógica (que inclui o que estou chamando aqui de hermenêutica positiva). Em seu sentido corriqueiro e ingênuo, os sistemas gramaticais são entendidos como aqueles que supostamente tornam possível, a partir de um modelo lógico de regras, a produção de transformações e variações infinitas. O modelo lógico-gramatical, portanto, tende para a universalidade na medida em que gera e controla todas as derivações possíveis, inclusive aquelas compreendidas como figuras de retórica, que são então entendidas como subordinadas ao sistema gerador. Dizendo de outro modo, a lógica e a gramática domesticam a retórica, tornando-a obediente e bem comportada. Vale a pena lembrar que De Man escreve seu ensaio em 1973, no momento em que o estruturalismo tinha levado ao extremo esse processo de domesticação, visível tanto em Greimas (*Semântica Estrutural*) e Todorov (*Gramática do Decameron*) como em Barthes (*Análise estrutural da narrativa*) e Genette (*Figuras III*). O problema de tais estudos, como mostra De Man, é que tratam “das funções gramaticais e retóricas como se operassem em perfeita continuidade, as estruturas gramaticais deslizando para as retóricas sem nenhum indício aparente de dificuldade ou interrupção”.<sup>2</sup>

A domesticação apontada por De Man, contudo, não ocorre apenas nas práticas estruturalistas da década de sessenta, mas também em qualquer prática interpretativa que reduz o texto literário, ainda que de forma respeitosa, a um sentido pré-existente (vale dizer, a uma gramática e uma lógica geradoras de sentido). É nesse contexto que deve ser entendido o postulado, escandaloso só na aparência, de que toda crítica literária é estruturalista. É difícil falar, por exemplo, de uma crítica marxista, sociológica, psicanalítica, comparativa, existencialista, cultural, histórica, etc., sem perceber imediatamente que cada instância não pode deixar de ser constituída por uma gramática e por uma lógica. Cada uma das modalidades de leitura mencionadas no texto de Culler, citado acima, é uma tentativa de utilização de uma gramática para entender “o que os textos significam”: a gramática da expressão, da genialidade autoral, do sentido histórico do texto (como mostrou Hayden White, a história só pode ser conhecida quando traduzida na forma de uma gramática da narrativa), da psicanálise, das abordagens intrínsecas.

Domesticar significa, também e sempre, hierarquizar, marginalizar, excluir. Se trago alguém para minha casa (*domus*), por mais hospitaleiro que seja o meu gesto, não posso deixar de querer que as regras da casa sejam

respeitadas, sem o que a casa já não seria minha. É esse o paradoxo da hospitalidade doméstica e domesticadora: ao dizer “a casa é sua”, digo também o contrário e transformo o hóspede em prisioneiro. Não seria difícil mostrar que, historicamente, houve um tempo em que a retórica teve sua casa própria e que chegou mesmo a tornar-se hospedeira da gramática. Este não é, evidentemente, o momento em que vivemos, profundamente marcado pela proliferação de gramáticas e lógicas de todos os tipos, cada vez mais poderosas enquanto forças de domesticação. Não surpreende, portanto, a constatação de De Man, de que a retórica seja comumente entendida, no momento estrutural, mas também, acrescentaríamos, ainda hoje, como apêndice e até mesmo estorvo em relação à gramática. Ao contrário do que se diz com frequência, o estruturalismo não morreu no final da década de sessenta do século passado. O mérito do ensaio em questão não está, portanto, na constatação da força gramatical, já que nenhuma lebre foi levantada, mas em um grito de alerta e em uma proposta de reflexão. É preciso indagar a respeito dos motivos históricos da domesticação e refletir com rigor sobre a validade das propostas que subordinam a retórica à gramática. É necessário, em resumo, desenvolver uma epistemologia da retórica capaz de questionar o seu estado de indigência, enfatizado de formas diversas, todas dependentes, como sugere De Man, da estrutura do dentro e do fora, do centro e da margem, do primário e do secundário. A retórica torna-se então definida como um discurso de persuasão, nem sempre verdadeiro, um apêndice externo ao sentido, um vazio de significado (retórica vazia), um adorno que, quando usado com propriedade, serve de reforço para um sentido anterior do qual é apenas uma variação, um floreio formal que reforça o conteúdo sem quebra de continuidade, uma licença poética tolerada, um excesso de sentido que complica sem necessidade, uma forma de perguntar que não pergunta nada (pergunta retórica). Em resumo, um suplemento ao sentido denotativo básico, possível, mas não necessário.

Um rigor epistemológico maior no tratamento da retórica, não como arte da persuasão, mas como conjunto extravagante e excessivo de figuras e tropos, poderia talvez mostrar que a noção de retórica enquanto exterioridade e continuidade em relação à gramática não se sustenta diante de um olhar analítico mais atento. De Man mostra de forma convincente que o último verso de um dos poemas mais conhecidos de Yeats, “Among School Children”, não precisa necessariamente ser lido como uma pergunta retórica, muito embora a crítica especializada assim o tenha entendido consistentemente. Para a tradição crítica dominante, “how can we know the dancer from the dance?” (“como separar da dança o dançarino?”) é uma pergunta que não pergunta nada,

<sup>2</sup> DE MAN, Paul. *Semiotics and Rhetoric. Diacritics*, 1994. The Johns Hopkins University Press, v. 3, n. p. 27-33, 1973. p. 28

já que responde de antemão àquilo que pergunta: na verdadeira obra de arte, não existe a separação entre o criador e sua criação, ou entre a experiência vivida e a estrutura que a representa, ou entre forma e conteúdo, ou entre o erotismo da dança e a estruturação musical. Para De Man, por outro lado, uma resposta alternativa para o verso, que deliberadamente rejeitasse a regra da pergunta retórica e afirmasse a possibilidade da separação dos dois significados em um entendimento literal do texto, não pode ser descartada. Se, com efeito, “os dois elementos essencialmente diferentes, o signo e a significação, estão tão estreitamente ligados entre si, como seria possível fazer a distinção que nos protegeria do erro de identificar o que não pode ser identificado?”<sup>3</sup> Apesar do esforço insistente da voz lírica que tenta afirmar a todo custo a teoria orgânica da arte (a multiplicidade das partes funde-se em um todo indivisível), o problema das partes radicalmente distintas (a dança e o dançarino) não desaparece. A dualidade das partes permanece, por assim dizer, assombrando e questionando a unidade e, ao mesmo tempo, por esta última sendo assombrada. Enquanto a leitura gramatical apressa-se a afirmar o sentido definitivo (a unidade orgânica da obra de arte), uma crítica retórica insistiria na copresença dos sentidos de unidade e diversidade, sem que se possa escolher entre eles. A crítica atenta à força da retórica complica o sentido único garantido pela gramática, agindo assim mais como força dispersiva do que força constitutiva do sentido. Nesse contexto, a crítica retórica, desconstrutora mais do que construtora do significado, apresenta-se como desconforto e ameaça a toda hermenêutica positiva. É que um contexto ideológico que chama a si a tarefa de produzir sentidos controlados só pode tolerar com dificuldade a ambivalência e a ambiguidade, ou seja, os excessos e extravagâncias de sentido produzidos pelas figuras de retórica. Esse desejo de controle explica, pelo menos em parte, a subordinação histórica da retórica à gramática de que fala De Man.

Em um conto de Guimarães Rosa, “Desenredo”, o narrador conta a estória de Jó Joaquim, perdidamente apaixonado por uma mulher casada, Livíria, Rivília, Irlívia ou Virília. Surpreendida pelo marido com outro homem, Livíria-Rivília-Irvília-Virília revela-se infiel dentro e fora do casamento, já que trai também

Jó Joaquim, então seu amante. Apesar de traído, Jó Joaquim com ela (ou elas) se casa após a morte do marido, apenas para ser novamente traído quando a surpreende com outro homem. Expulsa-a de casa, mas não para sempre: vai aos poucos resgatando a amada ausente pela força de um exercício de imaginação que acaba por apagar o passado de traições, dissipando para todos e para si mesmo qualquer dúvida sobre a inocência da mulher infiel. Assim descreve o narrador o sofrimento de Jó Joaquim durante a ausência de Livíria: “suas lágrimas corriam atrás dela, como formiguinhas brancas”.<sup>4</sup> Como ler a figura complexa de uma metonímia metaforizada? De um lado, é sempre possível reduzir a força da figuração que opera como suplemento de um sentido básico, acrescentando informações sobre o marido que sofre: o sofrimento, metonimicamente significado pelas lágrimas, direciona sua força, talvez com a tenacidade de formigas (que, sendo brancas, não seriam agressivas) para o resgate da mulher amada. As lágrimas e as formiguinhas brancas, como no verso de Yeats, formam uma unidade indivisível. Mas como uma lágrima não é uma formiguinha branca, instala-se no texto um resto de sentido que não pode ser resgatado e um vazio que não pode ser preenchido. Que outros sentidos apareceriam se vasculhássemos o vasto arquivo existente sobre a sociedade das formigas, a hierarquia de trabalho, as formigas operárias e as guerreiras, o automatismo de reações, as associações de sentido com códigos culturais que separam a formiga da cigarra, a (im)possibilidade de formigas albinas? O termo “formiguinha” ou “formiguinha branca” carrega consigo um vasto repertório de associações e significados que só pode ser reduzido a um sentido fixo por um ato de violência interpretativa que, é preciso insistir, não pode ser evitado no ato de leitura. Por outro lado, é preciso lembrar sempre que essa violência, se pode ocultar por um momento a memória feita de associações, não a faz desaparecer. É na capacidade que têm os ensaios que se seguem de apontar tanto para sentidos determinados como para seus restos retóricos que estará representado, talvez, o seu significado maior.

Sérgio Luiz Prado Bellei

Organizador

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, p. 30

<sup>4</sup> ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 556.